

# Etno-historiografia da tradução: o caso das populações negras no Brasil

Ethno-Historiography of Translation: the  
Case of Black Populations in Brazil

Dennys Silva-Reis<sup>1</sup>

DOI 10.52050/9786586030600.c5

## Introdução<sup>2</sup>

O domínio “História da tradução” talvez seja uma das áreas que mais foram impulsionadas nos últimos anos nos Estudos da Tradução. É crescente o número de publicações que visam a buscar métodos historiográficos, descrever tradições nacionais e detalhar casos específicos de circulação, publicação e recepção de textos traduzidos. Além disso, cabe lembrar que, ao falar de “história da tradução”, inclui-se igualmente tradução escrita e tradução oral. Esta última – também chamada de interpretação – ainda é pouco estudada, se comparada à história da tradução escrita em inúmeras tradições nacionais.

No Brasil, a História da Tradução ganhou um impulso considerável com o trabalho pioneiro de Lia Wyler – sua dissertação de

---

1 Professor adjunto de Literaturas de expressão francesa no Centro de Educação Letras e Artes (CELA), na Universidade Federal do Acre (UFAC), campus Rio Branco/AC. E-mail: reisdennys@gmail.com

2 Grande parte deste trabalho tem como pano de fundo as reflexões partilhadas na oficina *Introdução à historiografia da tradução*, ministrada por mim dia 07/12 no IV Encontro “E por falar em tradução” na UNICAMP. Agradeço a Érica Lima e Viviane Veras pelo convite.

mestrado de 1995 (*A tradução no Brasil: ofício de incorporar o outro*), popularizada em livro em 2003 (*Línguas, poetas e bacharéis – uma crônica da tradução no Brasil*). Interessante notar que pela primeira vez uma pesquisa visibilizava a história invisível dos tradutores e dos intérpretes no Brasil, bem como da tradução de textos célebres traduzidos na América Portuguesa, cobrindo quatro séculos de história brasileira. A pesquisa merece ainda mais destaque, pois foi desenvolvida em uma época em que “não existiam”, no Brasil, bases de dados digitalizados ou mesmo internet de fácil acesso nos lares e universidades, já que o processo de informatização do Brasil e acesso às redes de computadores ainda estava acontecendo.

Como se sabe, a formação do velho Brasil e a constituição do atual Brasil passaram – e passam – pelo processo de miscigenação, imigração, migração e apropriação cultural de inúmeras populações em contato – em particular, indígenas, europeus, africanos e asiáticos. A pesquisa de Lia Wyler (1995, 2003), de certa forma, fez um primeiro mapeamento desses processos no que tange à tradução, criando, ao narrar a história, uma metalinguagem historiográfica própria que pode aludir a casos específicos de situações tradutórias na história do Brasil: por exemplo, “O Língua” [assim mesmo no masculino] – os primeiros intérpretes do Brasil Colônia; e a “Idade de Ouro da Tradução” – grupo seletivo de homens do Sul do Brasil, contratados por uma editora e pagos para traduzir obras do cânone.

Se, por um lado, a pesquisa de Wyler foi bastante importante para abrir “o caminho das pedras” aos construtores da História da Tradução no Brasil, por outro lado, sua contribuição, bem como a daqueles que seguiram o método panorâmico de história da tradução, homogeneizou a história da Tradução no Brasil<sup>3</sup>. As consequências

---

3 Um exemplo de aplicação do método panorâmico, dentre outros que poderiam ser citados, é o trabalho de fôlego de Irene Hirsch, *Versão Brasileira: traduções de autores de ficção em prosa norte-americana do século XIX* (2006), que analisa a prosa americana no século XIX traduzida no Brasil. Essa prosa traduzida, entretanto, feita por tradutores e publicada por editores do Rio de Janeiro e São Paulo, de alguma forma desconsidera

disso foram: (1) uma supervalorização do protagonismo masculino de agentes da tradução, em sua maioria homens brancos da elite; (2) uma estereotipação do ofício do intérprete como se fosse exercido só por indígenas e portugueses no Brasil Colônia e só por brancos no século XX, estes últimos notadamente como intérpretes de conferência; (3) a oficialização de uma história da tradução geograficamente hegemônica em que o Norte do Brasil (Sete estados, a saber, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e o Centro-Oeste brasileiro (quatro estados, a saber, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal) não participam e nem são mencionados; e em que o Sudeste (quatro estados, a saber, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) e o Sul (três estados, a saber, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) são os responsáveis pela tradução e sua história no país.

De certa forma, em termos panorâmicos, homogeneizadores e elitistas, a História da tradução do Brasil continua, com alguns pesquisadores atuais, nessa direção<sup>4</sup>. Especialmente, se considerarmos que ela ainda é, quase totalmente, uma História da Tradução Literária ou História da Literatura Traduzida<sup>5</sup> porque muitos caminhos da história da tradução no Brasil ainda não foram percorridos – por exemplo, a história da tradução audiovisual, da tradução jornalística e da tradução médica, para citar apenas algumas lacunas. Isso se explica, em parte, devido aos estudos historiográficos da tradução terem surgido pelas mãos de pesquisadores e de analistas literários de dentro da universidade brasileira, nos departamentos de Letras (GUERINI; TORRES; COSTA, 2013). É importante também mencionar que a metodologia de pesquisa historiográfica denominada

---

outras regiões, tal como a região Norte do país. Em outras palavras, cabe questionar se, no século XIX, não houve tradução de prosa americana feita/publicada no Norte do Brasil. Ou ainda se o Brasil se resume a São Paulo e Rio de Janeiro no que refere a prosa americana traduzida.

4 A coleção *Engrenagens* de Estudos da Tradução da Editora Pontes traz alguns exemplos sobre essa questão.

5 Para um maior aprofundamento, vide PINILLA, 2019.

*Micro-história*, que visa, *grosso modo*, a ter um olhar mais minucioso e detalhado sobre determinado fenômeno da tradução, confirmou – e ainda confirma – os parâmetros historiográficos de Lia Wyler que perduram até os dias atuais no Brasil. Logo, por conta disso, proponho um “novo viés historiográfico” (mas não tão novo assim!) denominado *etno-historiografia da tradução*.

## **A etno-historiografia da tradução**

A etno-historiografia vem da *Etno-História* que, segundo o antropólogo americano Robert Carmack (1979, p. 31), seria “a história dos grupos étnicos ou culturas”. De fato, o termo, o método e a disciplina a que se pode referir a palavra “Etno-história” têm longa trajetória e múltiplas visões, a depender do ponto de vista adotado ou da disciplina elencada (CAVALCANTE, 2011). Entretanto, convém dizer que, enquanto termo, ela foi, por muito tempo, designada como a história dos povos ágrafos de culturas não-ocidentais e, enquanto disciplina, refletia o estudo e a sistematização da história dos povos indígenas. Como método, a *Etno-história* se preocupa com a história dos povos “sem história” e, para isso, amplia o leque de fontes que vão além do escrito para as fontes arqueológicas, audiovisuais, visuais, dentre outras. Para não haver dúvidas, em nosso trabalho, a *etno-historiografia* se define como a construção de uma narrativa histórica de grupos ou povos ainda renegados na história oficial e homogeneizante, construída e interpretada a partir de diversos documentos, para além das fontes escritas.

Considero também que este método, assim como a *Etno-história*, leva em conta o pesquisador e seu ponto de vista nessa narrativa particular que está sendo construída. Logo, a *etno-historiografia da tradução* pode ser “êmica” ou “ética”. Ou seja, a *etno-historiografia êmica da tradução* é produzida a partir de pesquisadores que

fazem parte daquela população pesquisada, a quem os textos foram traduzidos e recepcionados. Já a *etno-historiografia ética da tradução* seria a produção historiográfica de pesquisadores externos à população a quem foram direcionados textos traduzidos e recepcionados ao longo da história. Ou seja, a narrativa de tradutoras ao longo da história produzida por pesquisadoras mulheres é um exemplo de *etno-historiografia êmica da tradução*, visto que se está produzindo uma narrativa da qual a pesquisadora - ela mesma - faz parte do grupo. Isso não significa que um pesquisador homem não possa produzir uma narrativa sobre tradutoras na História, porém sua visão é externa ao grupo de pertencimento ao qual as traduções foram direcionadas ou pelo qual foram recepcionadas. É claro que uma narrativa êmica não quer dizer que todas as mulheres dominam todas as culturas femininas e feministas, tampouco que a narrativa da pesquisadora é mais verdadeira que a outra, construída por um pesquisador. No entanto, há de se considerar que as narrativas feitas por membros dos grupos de pertencimento parecem trazer uma perspectiva renovada e rica a ser debatida, um ponto de vista situado e localizado nos termos de Patrícia Collins (1997) e Donna Haraway (2009).

Para a *etno-historiografia da tradução*, são fundamentais técnicas de crítica das fontes<sup>6</sup> que, de alguma forma, possam desideologizar as fontes (MELIÀ, 1997), a fim de não tratar todos os atos de tradução para os povos pesquisados como algo eterno, fossilizado e estático. É preciso que esse tipo de pesquisa possa se voltar para as dimensões de mudanças, sem esquecer, igualmente, as dimensões de permanência. Ambas determinam a historicidade - e por vezes, as temporalidades - das culturas e dos povos estudados, ou seja, seus comportamentos

---

6 De maneira sucinta pode-se dizer que as técnicas de crítica das fontes são três: *Heurística* - momento em que se levanta a hipótese de pesquisa histórica; *Crítica* - momento que se aplica a pergunta histórica à extração de fontes e dados; e, *Interpretação* - momento em que se formula a resposta à questão histórica estudada. Para um maior aprofundamento vide RÜSEN, 2007.

tradutórios basilares: produção, disseminação e recepção de traduções.

Trago como exemplo de *etno-historiografia da tradução ética* o caso das populações negras no Brasil. Não sou negro, porém, como pesquisador da Historiografia da tradução no Brasil, percebo a lacuna que a historiografia oficial da tradução tem em relação a essa população, não somente no Brasil, mas em vários continentes. Logo, o exercício que faço neste texto é o de trazer à tona essa etno-historiografia pouco conhecida. E daqui em diante vou me valer de trabalhos anteriores já realizados por mim – individualmente ou em conjunto com demais pesquisadores negros e brancos, interessados nesse recorte historiográfico. Recordo que a delimitação temporal, neste texto, vai até o século XIX, haja vista as delimitações de espaço discursivo aqui dispostas.

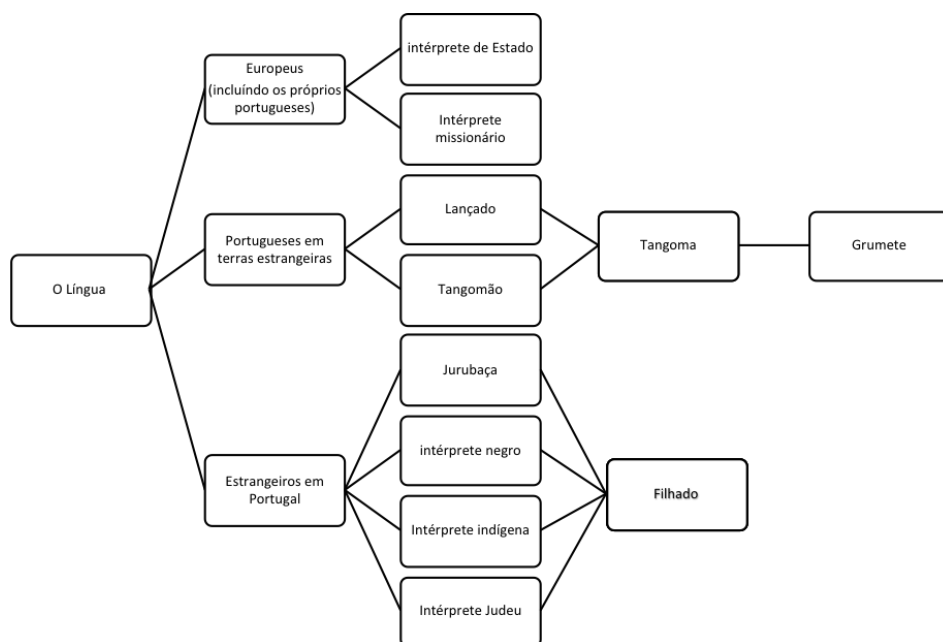
Convém mencionar que o que determina uma população negra no Brasil é o fenótipo de pele, que apresenta uma cor que não é branca. Logo, não consideramos as relações do *colorismo* em nosso estudo, como é necessário considerar em países como o Haiti, onde os tons de pele negros são também motivos de estratificação social, cultural e política. No Brasil, a questão *Ser negro* é uma construção social (BARROS, 2014) que passa por estruturas profundas da sociedade ao longo dos anos com ideologias cada vez mais debatidas nos tempos atuais, a saber: racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), racismo recreativo (MOREIRA, 2018), branquitude (MULLER, CARDOSO, 2017), negritude (MUNANGA, 2009), entre outros.

## História da tradução oral negra no Brasil<sup>7</sup>

Começamos pela *história da tradução oral* ou *história da interpretação no Brasil*. Um primeiro ensaio que tentou organizar a história da interpretação no Brasil foi escrito por mim e por meu colega linguista Marcos Bagno (2016). Nele, esboçamos quatro séculos de história da interpretação tentando estabelecer tipos de intérpretes, modalidades de interpretação e avanços e retrocessos nesse ofício até o século XIX. Ao reler meu próprio texto, percebi que a historiografia ali descrita seguia os mesmos padrões que tanto questionava sobre homogeneização e elitismo dos protagonistas. Foi então que, em 2018, escrevi um texto sobre os intérpretes negros porque me recusava acreditar que não pudesse ter existido no Brasil negros tradutores-intérpretes. Na pesquisa feita em documentos múltiplos (especialmente textos e imagens) e também com auxílio de vários historiadores com quem pude trocar e-mails e sanar dúvidas, consegui estabelecer um quadro sobre a interpretação no Brasil Colônia (séculos XV a XIX):

---

7 As discussões apresentadas aqui nesta seção são recortes bem pontuais e sintéticos retomados de um trabalho anterior mais aprofundado e detalhado a respeito dos intérpretes negros (SILVA-REIS, 2018).



Tipos de intérpretes do Império Português (s. XV a XIX)

Fonte: SILVA-REIS, 2018, p. 13

Nitidamente, percebi que a população negra intérprete tinha um lugar especial no ato da interpretação e da tradução; eles não exerciam este ofício de forma elitizada. E em vários casos, exerciam o ofício para se adaptar ao mercantilismo da época e à cultura imperialista e eurocêntrica de tradução oral reinante no espaço colonial de língua portuguesa (Brasil-Portugal-África). Talvez, um dos casos mais instigantes que descobri nessa pesquisa foi o do negro Francisco Félix de Souza (1754-1849), conhecido como Chachá I. Ele nasceu na Bahia e depois morou em Ajudá, no atual Benim. “[F]ilho ou neto de português e de índia do Amazonas, que podia ser também uma cabocla ou cafuza. Há quem o diga branco ou o tenha por mulato e com costela escrava. Mulato claro. Ou mestiço indefinido, [...] o mais provável” (SILVA, 2004, p.12). Esse baiano mercador de escravos tinha facilidade na aprendizagem de línguas e, apesar de não haver



relatos informando em qual língua eram feitas as negociações, o mais provável é que fossem em inglês, francês ou mesmo em português. Segundo Alberto da Costa e Silva (2004, p. 33), seu biógrafo brasileiro,

Ao chegar à África, Francisco Félix só devia comunicar-se em português, mas, como esta era a língua franca do comércio naquela parte da Costa, não tardou em tornar-se, por ter aprendido um ou mais dos falares do grupo gbe, um excelente intermediário de negócios, a serviço tanto dos vendedores nativos quanto dos navios que chegavam do Brasil ou da Europa. É possível também que se tivesse feito rapidamente conhecido e apreciado pela “integridade inflexível e indiscutível” com que “conduzia todas as operações comerciais” de que se encarregava.

De fato, Chachá I era casado com a filha de um *dadá* (nome dado a um rei do Daomé). Esse *dadá* tinha por intuito melhorar a continuação do tráfico de escravos, mercadoria cara em Ajudá (SILVA, 2004). Para isso, contou com seu genro, sabedor de línguas e detentor de ampla experiência em tráfico humano de cativos. Ademais, Francisco Félix de Sousa tinha duas nacionalidades (a brasileira e a portuguesa) e se utilizava desse trunfo quando necessário e oportuno. Intérprete, intermediário e negociante: estes eram os atributos que resumiam seu perfil. Entretanto, o fato que o destaca de qualquer outro traficante de escravos da época é o protetorado oferecido por ele a ex-escravos brasileiros que retornaram ao Benim, os *agudás*.

Outro caso interessante que encontrei na pesquisa é mais antigo – do século XVII – e diz respeito aos soldados do Terço de Henrique Dias (ou Terço de Gente Preta) – Os *Henriques* –, negros que auxiliaram em batalhas como intérpretes (LARA, 2008). Eram os henriques que levavam as cartas do governador de Pernambuco (Estado brasileiro) e tinham a capacidade de explicá-las e traduzi-las oralmente no quilombo de Palmares. Destaca-se que esses soldados-intérpretes negros eram “pagos” (recebiam algum benefício) e “livres” (liberdade condicionada e limitada) quando decidiam fazer parte do Terço de

Henrique. De fato, entre os séculos XVII e XVIII, alguns membros da população negra masculina, para obter algum tipo de hierarquização ou distinção/ascensão social, participavam da esfera militar colonial (MATTOS, 2007). Se, de uma parte, os Henriques eram considerados “soldados oficiais da coroa”, de outra parte, eram vistos como escravos protegidos e úteis ou negros estratificados na pirâmide social colonial.

Novamente me dei conta de que essa pesquisa era protagonizada por homens negros e me questionei se não haveria também mulheres negras intérpretes. A partir dessa lacuna, sigo atualmente as pistas de algumas mulheres negras guerreiras e líderes na época colonial que possivelmente eram intérpretes: no século XVII, Aqualtune e Dandara; no século XVIII, Felipa Maria Aranha, Maria Luiza Piriá, Maria Juvita e Teresa de Quariterê (conhecida também pelo nome Teresa de Benguela); e no século XIX, Zeferina, Maria Filipa de Oliveira, Zacimba Gaba e Mariana Crioula.

## **História da tradução escrita negra no Brasil**

No que tange à tradução escrita, por conta do passado colonial e do escravismo duradouro do Brasil, a população negra só teve acesso à escrita e aos ofícios da escrita no século XIX. E por muito tempo, perdurou na historiografia o mito de que todos os negros do século XIX eram iletrados. Tal crença permaneceu até meados do século XX, quando pesquisas sobre negros letrados e imprensa negra começaram a emergir na academia – vale a pena destacar que se tratava de etno-pesquisas, ou seja, pesquisadores negros que pesquisavam pessoas negras<sup>8</sup>. Atualmente, são várias as pesquisas com foco em negros oitocentistas importantes para o desenvolvimento da nação brasileira

---

8 Para citar uma dentre muitas das pesquisas/pesquisadoras de fôlego, os estudos de Ana Flávia Magalhães Pinto, intitulados *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)* (2006) e *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e*

em diversas áreas do conhecimento: Antropologia, História, Filosofia, Medicina, Engenharias, Geografia etc. Na Literatura, há alguns autores negros do Oitocentos bastante estudados e difundidos<sup>9</sup> - inclusive nos meios de comunicação - que muito contribuíram para uma escrita literária de língua portuguesa nos países lusófonos. No entanto, ainda há outros esquecidos e alguns que sequer foram estudados (SILVA-REIS, AMORIM, 2016). Já nos Estudos de Tradução, a questão racial é pouco tocada sobretudo quando se remete a um ofício exercido majoritariamente por brancos no século XIX. Todavia, existiram, sim, tradutores negros nesse período.

Considerando os limites do presente texto, não poderei me aprofundar nesses tradutores um a um, porém menciono ao menos seus nomes: Caetano Lopes de Moura (1780-1860), Francisco de Paula Brito (1809-1861), Antônio Candido Gonçalves Crespo (1846-1883), Tobias Barreto de Menezes (1839 - 1889), Joaquim Maria Machado de Assis (1839- 1908), José Ferreira de Menezes (1842-1881) e José do Patrocínio (1853-1905)<sup>10</sup>. Ainda que brevemente, , posso dizer que são figuras importantes para as relações étnico-raciais oitocentistas que geraram, no Brasil e em Portugal, influências literárias e ideológicas, bem como novos horizontes para se pensar e fazer literatura, política e sociedade nacionais. Nesse sentido, a tradução foi somente um dos canais dos quais se valeram para concretizarem seus desígnios.

Apenas dois deles trabalharam de fato como tradutores profissionais (Machado de Assis e Lopes de Moura), assim como se utilizaram do hábito de traduzir para aprimorar seus conhecimentos literários e produzir seus próprios textos autorais. Convém mencionar que nem todos se incumbiram de traduzir textos subversivos ou que

---

*cidadania na segunda metade do século XIX* (2014), trazem à tona muitos negros letrados "esquecidos" pela historiografia brasileira.

9 Uma das pesquisas mais relevantes é a antologia *Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Volume 1 - Precursores* (2014), organizando por Eduardo de Assis Duarte.

10 Encontra-se no prelo um artigo em que discorro sobre todos esses tradutores e suas relações etno-raciais na historiografia da tradução no século XIX.

alterassem a realidade simbólica e cultural das populações negras. Em parte, isso se justifica pelo fato de que a esfera literata do século XIX era branca e racista. Logo, textos de autores ou de “temáticas raciais exacerbadas” não eram considerados boa leitura porque iam contra o pensamento dos costumes da época. Apesar disso, vê-se que Alexandre Dumas – autor negro – foi traduzido como se fosse um autor branco do cânone. Aliás, ato comum da época era o embranquecimento simbólico e cultural que também acompanhou Machado de Assis enquanto escritor brasileiro. Apesar de saber que Machado de Assis era negro, suas fotografias e sua maneira de escrever e traduzir pareciam expressar um “fazer branco da escrita e da tradução”.

Outro fator que chama atenção ao falar de tradutores do século XIX é o questionamento sobre mulheres negras não terem sido também tradutoras, levantado anteriormente. Certamente sim, porém as fontes históricas sobre elas são extremamente escassas e dispersas, e ainda carecem de pesquisa mais profunda e longa. Um exemplo disso é o caso de Maria Firmina dos Reis (1822-1917) – escritora maranhense abolicionista. Há indícios de que ela foi tradutora porque sabia muito bem a língua francesa e também era professora nos colégios de meninas (TELLES, 2013). Entretanto, até o presente momento, nenhuma tradução ou crítica de tradução foi encontrada em seu nome, tampouco em seus registros. Alguns acreditam que essa faceta da autora pode ser mito; outros estão em busca das suas traduções perdidas – como é o meu caso.

## **Conclusão**

Nota-se que a pesquisa etno-históricográfica de tradutores e tradutoras, escritos e orais, da população negra ainda tem muitas histórias a serem contadas e registradas. Se sobre os personagens

aqui assinalados ainda bem pouco - com exceção de Machado de Assis - foi escrito, pesquisado e narrativizado quanto à faceta da tradução e da interpretação, imagina-se que muito mais falta a ser feito e desvendado. Escrever a História da Tradução pelo viés das populações negras é, de fato, um ato de coragem e resistência em face da historiografia da tradução atual, ainda tão patriarcal e embranquecida.

Chamo a atenção que o método aqui apresentado da *etno-historiografia da tradução* pode ser muito útil para adentrar nas microestruturas historiográficas de populações e povos que constituem inúmeras nações. No Brasil, está surgindo, ainda que de forma discreta, interesse pelas comunidades judaicas, japonesas e europeias (em particular italianas e alemãs) - povos que se estabeleceram no país e têm vivências comunitárias próprias, inclusive com história da tradução e da interpretação. Acrescento ainda que a etno-historiografia pode e deve pensar igualmente em comunidades reais internacionais como a comunidade LGBTQI+ e das mulheres - dois movimentos historiográficos cada vez mais crescentes nos estudos historiográficos e teóricos da tradução.

Em última instância, gostaria de mencionar que a proposta do *método etno-historiográfico da tradução* não é ainda acabada, porém digo que está ligada à própria práxis historiográfica do historiador ou da historiadora da tradução de poder avaliar suas próprias narrativas já produzidas e a reanalisar suas fontes - ampliando-as, por vezes - para escrever novas historiografias contra-hegemônicas. Os eventos, os fatos, os acontecimentos e as fontes históricas estão dispersos por aí, quem os une e quem decide como os unir é o historiador da tradução.

Acredito que a práxis da etno-historiografia possa acrescentar novos valores às pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Estudos da Tradução, uma vez que ela traz à tona o viés epistemológico do sujeito-pesquisador e conduz o trabalho à chamada etnociência,

na qual o conhecimento situado e localizado é uma das bases para constituições do compartilhamento e produção de saberes. Em outras palavras, auxiliam na decolonização dos cânones de modelos historiográficos de pesquisa histórica.

## Referências

ALMEIDA, S. (2018) *O que racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.

BARROS, J. A. (2014) *A construção social da cor: diferença e desigualdade a sociedade brasileira*. 3 Ed. Petrópolis: Vozes.

CAMACK, R. M. (1979) *Ethnohistoria y teoría antropológica*. Trad. F. J. Lima. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación.

CAVALCANTE, T. L. V. (2011). Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História* [online]. 2011, vol.30, n.1.

COLLINS, P. (1997). Comment on Hackman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power?. *Signs*, 22 (2).

DUARTE, Eduardo de Assis (org.) (2014). *Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Volume 1 – Precursores*. Belo Horizonte: EDUFMG.

GUERINI, A.; TORRES, M-H.; COSTA, W. C. (Orgs.) (2013) *Os Estudos da Tradução no Brasil nos Séculos XX e XXI*. Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

HARAWAY, D. (2009). *Des signes, des cyborgs et des femmes: la réinvention de la nature* (Oristelle Bonis, Trad.). Éditions Jacqueline Charbons/Actes Sud.

HIRSCH, Irene. *Versão brasileira: traduções de autores de ficção em prosa norte-americanos do século XIX*. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2006.

LARA, S. H. (2008) *Palmares & Cucaú: o aprendizado da Dominação*. Tese para concurso de professor Titular. Área de História do Brasil. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de História. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

MATTOS, H. (2007) Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico Português. In: *Anais Complementares do XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Associação Nacional de História –ANPUH.

MELIÀ, B. (1997) *El Guaraní Conquistado y Reducido*. Ensaios de Ethnohistoria. 4a Ed. Asunción: CADUC: CEPAG.

MOREIRA, A. (2018) *O que racismo recreativo?* Belo Horizonte: Letramento.

MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (2017) *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris.

MUNANGA, K. (2009). *Negritude – Usos e sentidos*. Belos Horizonte: Autêntica editora.

PINILLA, J. A. S. (2020) A história da Tradução no Brasil: questões de pesquisa. *Tradução em Revista* 28. Rio de Janeiro: PUCRJ.

PINTO, A. F. M. (2006) *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História) -Departamento de História) - Universidade de Brasília, Brasília.

PINTO, A. F. M. (2014) *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas.

RÜSEN, J. (2007) *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SILVA-REIS, D. (2018) O intérprete negro na história da tradução oral: da tradição africana ao colonialismo português no Brasil. *Tradução em Revista* 24. Rio de Janeiro: PUCRJ.

SILVA-REIS, D.; AMORIM, L. M. (2016). *Negritude e tradução no Brasil: o legado do Barão de Jacuecanga*. *Cadernos de Literatura em Tradução*. n. 16. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SILVA-REIS, D.; BAGNO, M. (2016). Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. *Cadernos de Tradução*. V. 36. N. 3. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina.

SILVA, A. C. (2004) *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EDERJ.

TELLES, N. (2013) *Escritoras, escritas, escrituras*. In: PRIORE, M. (Org); *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

WYLER, L. (1995) *A tradução no Brasil: ofício de incorporar o outro*. Dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WYLER, L. (2003) *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.